

Jose Luis da Conceição/AE



Área ocupada por habitações na represa Billings, no Grajaú...

Itamar Miranda/AE - 28/12/01



... e na Granja Viana: expansão quase sempre ameaçadora

Alckmin deve mudar Lei de Mananciais

Para tentar evitar novas ocupações, governador deve vetar parte do projeto já aprovado pela Assembléia

Temendo incentivar as ocupações em áreas de proteção ambiental, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) deverá vetar parcialmente o projeto que altera a Lei dos Mananciais, criada em 1976. O texto com as mudanças havia sido aprovado anteriormente pela Assembléia.

Segundo o secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg, o alvo do governador é uma subemenda ao projeto, apresentada pelo deputado Ricardo Tripoli, que permite a ocupação dos terrenos desde que a pessoa compre e passe a preservar área verde de tamanho equivalente. De acordo com Goldemberg, o

projeto inicial (85/2002), de autoria do governo, não continha essa permissão. "Não colocamos nenhum dispositivo nesse sentido porque temíamos que algo assim viesse a encorajar novas ocupações", diz o secretário. "A intenção do governador era resolver apenas a situação dos moradores que já estão lá. Por isso, acredito que ele vá vetar essa emenda."

Essa não é única alteração que o projeto aprovado na Assembléia introduz na lei em vigor. O texto já previa a compensação ambiental, dispositivo segundo o qual quem ocupasse uma área teria que preservar outra. A diferença é que antes essa reserva teria de estar ao lado da área ocupada. Agora, não há essa necessidade. Basta que os dois lotes estejam na mesma bacia.

Se alguém ocupa um terreno na região de Guarapiranga, por exemplo, deve proteger outro nessa mesma área de proteção. O objetivo do

governo é preservar áreas ainda não degradadas.

O projeto do governo, porém, vem recebendo severas críticas de ambientalistas. Além de não gostarem do fato de a nova lei permitir ocupações, especialistas garantem que as alterações também não são suficientes para resolver a situação de quem vive em áreas verdes.

Para ecologistas, projeto não beneficia moradores

"A maioria das pessoas que moram em regiões de manancial não tem condições de comprar e preservar um outro lote, além daquele onde vive", diz Marússia Whately, do Instituto Socioambiental.

A secretária municipal do Meio Ambiente, Stela Goldenstein, tem opinião semelhante. "Aqueles pessoas ocuparam essas áreas justamente porque não tinham condições de ir para lugares urbaniza-

dos e regulares", diz a secretária. "Como eles poderão comprar outro lote?" Para ela, é quase como se exigissem que a população pobre comprasse um sítio ou chácara.

José Goldemberg argumenta que, fora a emenda de Tripoli, seu antecessor, a lei é boa e poderá ser uma solução para os ocupantes das áreas de manancial. "Aquilo não é um favelão. A maioria é de classe média. Além disso, tem terra barata naquelas regiões e a lei não causará problemas para a parcela de pessoas de baixa renda."

As quatro grandes áreas de mananciais - Alto Tietê, Cantareira, Guarapiranga e Billings -, que juntas ocupam 54% da Região Metropolitana, vêm sendo ocupadas irregularmente há décadas. Hoje, estima-se que mais de 1,5 milhão de pessoas moram nessas áreas.

Ricardo Tripoli foi procurado pela reportagem, mas sua assessoria informou que ele estava viajando.

Acervo ISA

Documentação

Fonte: J.T. (liberdade)

Data: 29/10/2002 Pg. 1/3

Class.: 53